

Discurso bolsonarista e a legitimação de atores sociais da comunidade surda: uma análise de conjuntura

Bolsonarist discourse and the legitimation of social actors in the deaf community: a conjuncture analysis

El discurso bolsonarista y la legitimación de los actores sociales en la comunidad sorda: un análisis sobre la coyuntura

RESUMO

Este trabalho objetiva refletir sobre a conjuntura nacional brasileira de modo a desvelar os mecanismos utilizados ideologicamente que fazem com que atores sociais da comunidade surda legitimem os discursos bolsonaristas mesmo depois de tantos ataques. As bases teóricas utilizadas são o Realismo Crítico (1978), a Análise Crítica do Discurso (2003) e a Linguística Sistêmico Funcional (1994). Em consonância, a metodologia qualitativa de caráter analítico também foi usada com base na perspectiva da ACD. Esperamos que este trabalho contribua no processo de autoemancipação dos membros da comunidade surda que ainda estão presos nas amarras sociais discursivas proferidas por este grupo social.

Palavras-chave: discurso bolsonarista; comunidade surda; autoemancipação; Análise Crítica do Discurso; Realismo Crítico..



Recebido em: 18 de janeiro de 2023
Aceito em: 13 de abril de 2023
DOI: 10.26512/les.v24i2.46836

CADERNOS de LINGUAGEM & SOCIEDADE

Papers on Language and Society

Túlio Adriano Alves Gontijo

tulioalbras@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-0100-5247>

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT),
Cuiabá, MT, Brasil

Solange Maria de Barros

solmarbarros@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-1708-8657>

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT),
Cuiabá, MT, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes

antonio.moraes@ufr.edu.br

<https://orcid.org/0000-0002-5519-1583>

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT),
Cuiabá, MT, Brasil

ARTIGO

ABSTRACT

This work aims to reflect on the Brazilian national conjuncture in order to reveal the ideologically used mechanisms that make social actors of the deaf community legitimize Bolsonaroist discourses even after so many attacks. The theoretical bases used are Critical Realism (1978), Critical Discourse Analysis (2003) and Systemic Functional Linguistics (1994). Accordingly, the qualitative methodology of an analytical nature is also used based on the CDA perspective. We hope that this work contributes to the process of self-emancipation of the members of the deaf community who are still trapped in the discursive social ties uttered by this social group.

Keywords: bolsonarist discourse; deaf community; self-emancipation; Critical Discourse Analysis; Critical Realism.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo reflexionar sobre la coyuntura nacional brasileña con el fin de revelar los mecanismos utilizados ideológicamente que hacen que los actores sociales de la comunidad sorda legitimen los discursos bolsonaristas incluso después de los ataques. La base teórica utilizada son el Realismo Crítico (1978), el Análisis Crítico del Discurso (2003) y la Lingüística Funcional Sistémica (1994). En consonancia con la metodología cualitativa de carácter analítico que es usada también como base en la perspectiva del Análisis Crítico del Discurso (ACD). Esperamos que este trabajo contribuya en el proceso de autoemancipación de los miembros de la comunidad sorda, que aún están presos en los amarres discursivos sociales, pronunciados por este grupo social.

Palabras clave: discurso bolsonarista; comunidad sorda; autoemancipación; Análisis Crítico del Discurso (ACD); Realismo Crítico.

Como citar:

GONTIJO, Túlio Adriano Alves; BARROS, Solange Maria de; MORAES, Antônio Henrique Coutelo de. Discurso bolsonarista e a legitimação de atores sociais da comunidade surda: uma análise de conjuntura. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 24, n. 2, p. 200-218, jul./dez. 2023. DOI: 10.26512/les.v24i2.46836; Disponível em: . Acesso em: XXX.

Correspondência:

Nome por extenso do autor principal
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).



INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é refletir sobre as razões/motivos por que membros da comunidade surda continuam a defender o atual/ex-presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro (PL) enquanto parceiro da comunidade surda, nas lutas em prol de um país mais inclusivo. O trabalho apresenta uma discussão sobre essa temática, de modo a proporcionar uma possível autoemancipação de membros da comunidade surda que ainda se identificam com o discurso autoritário e desumano do presidente Bolsonaro¹.

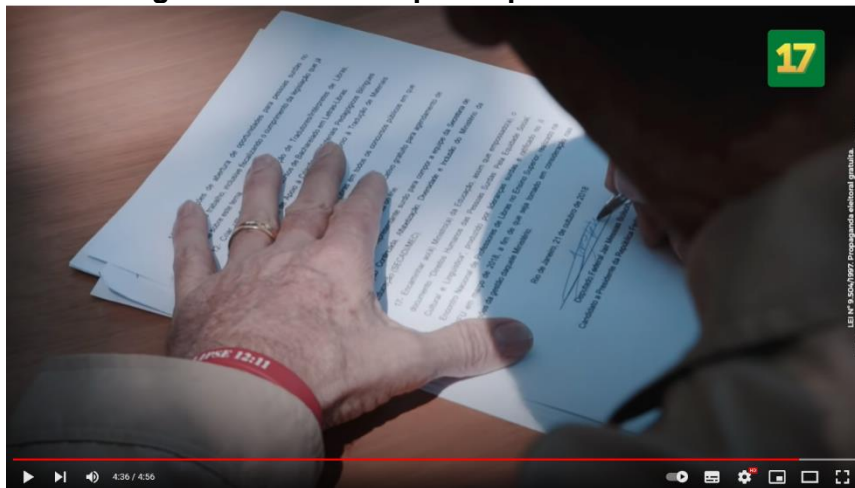
Quando falamos sobre a comunidade surda, é importante lembrar que, segundo a autora surda Karin Strobel (2016), esta comunidade não é constituída somente por sujeitos Surdos, mas, sim, pelos familiares de Surdos, professores, intérpretes, ou seja, por pessoas que estão envolvidas com a língua de sinais e com a cultura surda. A respeito desta última, ainda segundo Strobel (2016), são os artefatos culturais que fazem com que os Surdos vejam o mundo de forma diferente dos ouvintes.

Um dos principais artefatos culturais do povo Surdo é o linguístico, o orgulho de sua língua, considerando que o seu uso e difusão ainda são fortes dentro das associações e federações, bem como nos ambientes acadêmicos e profissionais. Outro artefato bastante presente é o político. Esses artefatos são elaborados por meio do engajamento social dessa comunidade nas lutas pela conquista e garantia dos seus direitos.

Em 2018, desde o início da campanha presidencial, o então candidato Bolsonaro passou a contar com a atuação de uma equipe de intérpretes de Libras em todos os seus pronunciamentos, aparições públicas, live, e, ainda, no material audiovisual, vinculado à TV aberta. Era possível identificar que havia uma equipe fixa de profissionais ligados à sua imagem, realizando a interpretação no par linguístico Libras/Língua Portuguesa.

Nessa mesma linha, o presidente se reuniu, no dia 18 de outubro de 2018, com representantes da comunidade surda, e assinou um documento intitulado *Termo de Compromisso com a Comunidade Surda Brasileira*. No documento, constavam 17 termos que, posteriormente, foram traduzidos para Libras e incorporados a um vídeo institucional de sua campanha. O vídeo completo pode ser encontrado no canal do Youtube do Partido Social Liberal (PSL), ao qual o candidato era filiado à época.

¹ Vale ressaltar que, no último dia 30 de outubro, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT) se elegeu com 60.345.999 votos (50,90%) como o novo presidente do Brasil.

Figura 1 - Vídeo campanha presidencial 2018

#EstouComBolsonaro
Bolsonaro assina termos de compromisso com a Comunidade Surda

Fonte: Canal YouTube PSL - Disponível em: <https://youtu.be/tH4ygdGoUFM>.

Numa análise sociossemiótica do vídeo, primeiramente, observa-se a construção de uma narrativa em que a assinatura feita à mão sugere um “acordo de cavalheiros”. O gesto coloca em evidência a imagem de uma aliança de casamento, simbolizando um homem que defende a família. Além disso, utiliza uma pulseira contendo os dizeres “Apocalipse 12:11”, funcionando no contexto como símbolo de homem “religioso”, “cidadão de bem”, como bem utilizado em sua campanha para presidência da república.

No dia 1º de janeiro de 2019, na posse presidencial, a primeira-dama Michele Bolsonaro proferiu um discurso inédito feito em Libras, trazendo uma intérprete para fazer a tradução Libras/Voz para a Língua Portuguesa. Destacamos, aqui, que a atual primeira-dama do Brasil tem um histórico com a comunidade surda e que é usuária da Libras, anterior à campanha política para a presidência de 2018.

Figura 2 – Discurso da primeira-dama Michele Bolsonaro em Libras

Fonte: G1 – Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/01/michelle-bolsonaro-faz-discurso-em-libras.ghtml>

Esses gestos simbólicos formaram na comunidade surda a crença de que os quatro anos do mandato do presidente Bolsonaro seriam frutíferos para ela, que avanços significativos aconteceriam e que o uso e difusão da Libras fossem acontecer de modo a fazer com que a língua e a cultura surdas seriam respeitadas. Contudo isso não aconteceu. Desde o ano de 2019, houve um retrocesso nas conquistas da comunidade, e os termos assinados na campanha não foram concretizados.

1. REALISMO CRÍTICO E A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO COMO FERRAMENTAS

Bhaskar (1978) assevera que a ciência tem o propósito de desvelar algo que sirva para transformar a realidade social. Nas palavras de Barros (2015, p. 27):

O conhecimento precisa fazer sentido para que a realidade possa ser transformada. É preciso penetrar nas raízes dos problemas sociais, com suas estruturas, mecanismos e poderes, visualizando, assim, uma crítica explanatória que possa gerar argumentos críticos a favor da transformação social.

Pensando em mecanismos que viabilizem emancipação/autoemancipação, analisamos elementos sociossemióticos utilizados pelo governo Bolsonaro para fazer com que a comunidade surda, ou, felizmente, parte dela, “compre a ideia” de que o atual governo luta em prol das pessoas surdas.

Segundo Fairclough, Jesop e Sayer, na tradução de Foscaches (2016, p. 51), a “semiose pressupõe atores sociais concretos, com propósitos e dotados de habilidades, bem como relações sociais, objetos materiais e espaço temporalidade.” Ou seja, usando atores sociais da comunidade surda, como são os intérpretes de Libras, o governo usa o “acesso a língua” enquanto ferramenta de persuasão.

Em consonância com o Realismo Crítico de Bhaskar, utilizamos também a Análise Crítica do Discurso (ACD), cujo escopo constitui-se de elementos teóricos e sociais por meio dos quais busca operar mudanças que superem as desigualdades sociais que são sustentadas pela ideologia e hegemonia. (GONTIJO; BARROS; MARQUES-SANTOS, 2021, p. 22). Segundo os autores (p. 23), a ACD é “uma teoria transdisciplinar que atua também com o intuito de desvelar as construções ideológicas, a fim de contribuir com proposituras de desconstrução que permeiam mudanças na sociedade.”

A ACD, enquanto enquadre teórico-metodológico deste estudo, possibilita que os dados sejam coletados e analisados, a partir de uma explanação da conjuntura, com base em Chouliaraki e Fairclough (1999). Consideramos o contexto sócio-histórico de ações e falas do atual presidente do Brasil, dando destaque aos elementos semióticos utilizados para a manutenção ideológica de poder e controle de Bolsonaro.

Vale ressaltar que a ACD trabalha no modelo tridimensional do discurso analisando nos textos os modos de agir, representar e modo de ser (FAIRCLOUGH, 2003). Este modelo é baseado nas metafunções de Halliday (1994) e possui três significados do discurso, são eles: Significado Acional; Significado Representacional e Significado Identificacional. Os três significados do discurso estão presentes simultaneamente no texto. Neste estudo, utilizamos os significados Identificacional e o Representacional, considerando que o primeiro está intimamente ligado às identidades e o segundo está relacionado às diversas formas discursivas de representar a si mesmo e ao mundo.

2. ANALISANDO A CONJUNTURA

É importante entendermos que a atuação dos intérpretes de Libras nas campanhas eleitorais já era obrigatória desde o ano de 2015, quando foi sancionada a Lei 13.146 que, em seu Capítulo IV – Do direito à participação na vida pública e política, apresenta:

Art. 76. O poder público deve garantir à pessoa com deficiência todos os direitos políticos e a oportunidade de exercê-los em igualdade de condições com as demais pessoas.

§ 1º À pessoa com deficiência será assegurado o direito de votar e de ser votada, inclusive por meio das seguintes ações:

[...] III - garantia de que os pronunciamentos oficiais, a propaganda eleitoral obrigatória e os debates transmitidos pelas emissoras de televisão possuam, pelo menos, os recursos elencados no art. 67 desta Lei (BRASIL, 2015).

Consta no art. 67 que os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir o uso da subtítuloção, por meio de legenda oculta, **janela com intérprete da Libras**, audiodescrição entre outros. Portanto o candidato Bolsonaro nada mais fez do que cumprir a legislação vigente e fornecer, aos mais de 10 milhões de brasileiros Surdos ou deficientes auditivos (IBGE, 2010), o acesso à informação a que eles têm direito. Ou seja, não é uma novidade trazida por candidato A ou B, mas, sim, o cumprimento da legislação vigente. No entanto, como os Surdos foram sempre excluídos dos ambientes políticos por falta de acesso à informação, é justo que os membros, principalmente os Surdos, sintam-se contemplados com este acesso.

Outro fator relevante a ser considerado aqui é que, do conjunto das principais legislações sobre acessibilidade para a comunidade surda, apenas uma foi sancionada no mandato do então presidente do Brasil, conforme demonstra tabela 1, a seguir:

Tabela 1 - Legislações

LEI	ANO	OBJETIVO	PRESIDENTE
LEI No 10.098	2000	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.	FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
LEI Nº 10.436	2002	Reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.	FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
DECRETO Nº 5.626	2005	Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.	LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
LEI Nº 11.796	2008	Institui o Dia Nacional dos Surdos.	LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
LEI Nº 12.319	2010	Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.	LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
LEI Nº 13.146	2015	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).	DILMA ROUSSEF
LEI Nº 14.191	2021	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos.	JAIR MESSIAS BOLSONARO

Fonte: Elaborado pelos autores

Podemos identificar, na tabela acima, que o atual governo não fez muito em prol da comunidade surda em seus quatro anos de mandato que se encerra no dia 31 de dezembro de 2022. Vale destacar que houve governos mais abertos ao diálogo e aos anseios da nossa comunidade. Por exemplo, nos dois governos de Lula da Silva, sancionaram-se três das principais leis para a Libras, para os Surdos e para os profissionais tradutores intérpretes.

Como dito anteriormente, a primeira-dama Michele Bolsonaro realizou seu discurso em Libras, na posse presidencial, discurso este considerado emocionante. Em determinado momento, a fala foi direcionada à comunidade surda e às pessoas com deficiência. Vejamos a tradução literal realizada pelos autores:

Gostaria, de modo muito especial, de dirigir-me à comunidade surda, às pessoas com deficiência e a todos aqueles que se sentem esquecidos. **Vocês serão valorizados e terão seus direitos respeitados.** Tenho esse chamado no meu coração e desejo contribuir na promoção do ser humano. Agradeço aos intérpretes de Libras do Brasil, que têm feito um trabalho de inclusão tão importante. (Michele Bolsonaro, 1º de janeiro de 2019 – Cerimônia de Posse Presidencial).

Quando Michele dirige seu discurso à comunidade surda, ela faz com que os integrantes desta comunidade se sintam parte do país, vistos e ouvidos. O uso dos processos existenciais “**serão**” e “**terão**”, do participante existente **vocês** – representando a comunidade surda e as pessoas com deficiência – e as circunstâncias de causa (finalidade ou benefício), **valorizados** e **seus direitos respeitados**, deixam claros o compromisso da primeira-dama para com os Surdos e toda a comunidade surda.

Ao finalizar seu discurso, Michele faz um agradecimento aos intérpretes de Libras que segundo ela “têm feito um trabalho de inclusão tão importante”. No entanto, nada foi feito para esta classe de trabalhadores que, diariamente, contribui com a acessibilidade comunicacional dos Surdos, em todas as áreas. Percebe-se que houve um reconhecimento no campo verbal; porém, no campo material, na prática, nenhuma mudança foi realizada para auxiliar os profissionais.

Com relação ao já mencionado termo de compromisso, assinado com a comunidade surda, **o oitavo termo** firma “enquadrar os atuais servidores tradutores/intérpretes que tenham formação de nível superior e que atuam no serviço público (da categoria D para a categoria E)”. No entanto, o Projeto de Lei N° 9.384 (atual 5.614/2020) está em tramitação desde o ano de 2017. Esse projeto de lei, que dispõe sobre o exercício profissional e condições de trabalho do profissional tradutor, guia-intérprete e intérprete de Libras, revogou a Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, mas não houve apoio do governo até então para a sua sanção.

Na verdade, houve um retrocesso, considerando que, em 20 de dezembro de 2019, foi sancionado o decreto N° 10.185 que “extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica.” (BRASIL, 2019). Dentre esses cargos estão os de Tradutor Intérprete e o de Tradutor Intérprete de Linguagem Sinais², profissionais que atuam na tradução e interpretação dos setores federais, principalmente, nas unidades educacionais – Universidades e Instituto Federais.

A extinção desses cargos impossibilita a realização de concurso público para preenchimento de vagas remanescentes, obrigando a Administração Pública a realizar a contratação temporária ou terceirização desses profissionais, as quais inviabilizam a continuidade das atividades, após dois anos de trabalho. Trata-se, portanto, de um procedimento que acarreta grande prejuízo para a formação dos alunos Surdos³.

Os **termos de compromisso cinco e seis** versam sobre a Inclusão da Libras como disciplina obrigatória no currículo da educação básica e nos currículos dos cursos da área de saúde. E assim como o termo anterior, não foram colocados em prática. Evidência dessa omissão é a

² O termo tradutor intérprete de Linguagem de sinais é utilizado erroneamente, considerando que desde o ano de 2002, a Libras é reconhecida como língua e não uma linguagem.

³ Para entender melhor sobre os percalços da relação tradutor intérprete e alunos surdos no ensino superior, os autores Gontijo, Barros e Marques-Santos (2021) dialogam sobre esta temática.

atuação de muitos licenciados em Letras-Libras na formação de professores de Libras que atuam no campo da tradução e interpretação.

A não obrigatoriedade de oferta da disciplina de Libras nos cursos da saúde priva os Surdos do acesso aos serviços básicos de saúde. Aragão et al., 2015; Oliveira et al., 2015; Souza et al., 2016 e Pires e Almeida, 2017, abordam esta temática, enfatizando a falta de comunicação como principal fator que leva os Surdos a temerem quando necessitam buscar acesso aos serviços de saúde.

O **termo de número 12** aborda a criação de “um programa de formação de tradutores/Intérpretes de libras, aumentando a quantidade de cursos de Bacharelado em Letras-Libras.” Infelizmente este compromisso também não foi colocado em prática, conforme podemos ver na tabela 2 a seguir:

Tabela 2 – Cursos de Letras Libras/ tradução

UNIVERSIDADE	NOME DO CURSO	MODALIDADE	INÍCIO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	Letras - Libras	Presencial	01/04/2014
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	Letras - Libras	A Distância	28/06/2008
	Letras - Libras	Presencial	03/08/2009
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	Letras - Libras	Presencial	30/10/2013
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	Letras - Libras	Presencial	18/08/2014
CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI - UNIASSELVI	Letras - Libras	A Distância	11/02/2019
FACULDADE EFICAZ	Letras - Libras	A Distância	01/07/2019
FACULDADE ÚNICA DE IPATINGA	Letras - Libras	A Distância	12/10/2020
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	Letras - Libras	A Distância	01/02/2019
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	Letras - Libras	Presencial	06/03/2014
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais - Libras/Língua Portuguesa	Presencial	01/09/2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	Tradutor e Intérprete de Libras (Libras-Português e Português-Libras)	Presencial	12/08/2015
---	---	------------	------------

Fonte: produzido pelos autores com base nos dados do e-MEC 2022/2. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>

Olhando atentamente os dados apresentados na tabela acima, percebe-se que dos 12 cursos de Letras-Libras bacharelado ou Letras tradução/interpretação ativos no país, somente 4 instituições iniciaram suas atividades, a partir de 2019 – início do mandato de Bolsonaro. Dois desses 4 cursos iniciaram suas atividades em fevereiro de 2019, ou seja, dois meses após a posse do presidente, isso sugere que eles já haviam sido aprovados anteriormente. Além disso, com exceção do curso da Universidade Federal da Grande Dourados, todos os outros 3 são oriundos de faculdades particulares – 75% - e todos são ofertados na modalidade à distância.

Os termos de **número sete** – “Regulamentar o uso de legenda iniciando por tornar legenda obrigatória para toda a programação de televisão que não seja ao vivo e para filmes brasileiros”; o **termo nove** – “Apoiar o esporte para pessoas surdas de todas as faixas etárias”; o **termo 14** – Disponibilizar provas em Libras em todos os concursos públicos em que haja surdos inscritos e; o **termo 15** – “Criar, disponibilizar e manter aplicativos gratuitos para agendamento de serviços de intérpretes de libras online, nenhum foi colocado em prática.

No entanto, o **décimo sexto termo**, que se compromete a “Convidar um representante surdo para compor a equipe da Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC)” foi colocado em prática, mas com alguns adendos que merecem ser cuidadosamente avaliados.

Após a sua posse, a primeira ação do ministro da Educação, Véllez Rodriguez, foi desmontar a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI/MEC, para a subpasta Modalidades Especializadas de Educação – SEMESP. Segundo pesquisadores, este movimento se deu em prol da extensão da pasta com a diversidade, tendo sido alvo de ataques do presidente durante toda a sua campanha.

Dentro da SEMESP, foi criada a Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos – DIPEBS. Para dirigir tal pasta, foi convidada uma das professoras surdas de maior renome no país, a Dra. Karin Lilian Strobel. A presença de uma representante da comunidade surda no alto escalão do governo foi uma grande conquista. As imagens a seguir de um membro surdo entre o presidente, a primeira-dama e alguns ministros são ímpares para essa comunidade.

Figura 3 - Lançamento o projeto LibrasGov



Fonte: site do governo federal. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/setembro/governo-federal-lanca-o-projeto-librasgov>

No site do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, foi realizada uma reportagem sobre o lançamento do LibrasGov. Diz que: “A iniciativa tem a proposta de registrar os sinais **utilizados na política**, a fim de possibilitar que todas as pessoas do país usem os mesmos **símbolos**.” (grifo nosso). Identificamos que, dentro do governo, existe uma falta de conhecimento, uma vez que a reportagem apresenta como “símbolos” o que deveria ser sinais, considerando o reconhecimento da Libras pela lei 10.436/2002. Questionamos: (1) Por que um projeto registra os sinais utilizados na política, antes mesmo de serem utilizados no ambiente educacional? (2) Por que não um projeto que registre um compilado de sinais utilizados na saúde, na cultura? Isso demonstra que o uso da Libras tem sido utilizado como ferramenta de massa de manobra política, e não como ferramenta de inclusão social.

A professora Karen Strobel atuou na pasta por dois anos, pois, em janeiro de 2020, o então ministro da educação, Abraham Weintraub, a exonerou do cargo de diretora da DIPEBS, nomeando para a função a surda Crisiane Nunes Bez Batti. No final do primeiro semestre de 2022, Crisiane deixou a pasta, e o professor surdo, Rodrigo Rosso Marques, assumiu a Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos, por meio da Portaria Nº 843 do Ministério da Educação.

Somente representantes surdos estiveram à frente da DIPEBS/MEC. No entanto, segundo a ex-diretora Crisiane Nunes, em entrevista ao professor Nelson Pimenta, no programa “Bate Papo em Libras”, do canal Libras BR, a SEMESP não tem autonomia para executar seus projetos, mas, sim, precisa da aprovação das demais secretarias (figura 4), para que um projeto seja colocado em prática. O que é, claramente, uma forma de inviabilizar suas atividades.

Figura 4 – Secretarias do Ministério da Educação institucional/secretarias



Fonte: Site do MEC. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/>

Ao acessar o site do MEC, na pasta de programas e ações da SEMESP, é possível identificar dados sobre a Lei 14.191/2021 que inclui a modalidade de educação bilíngue para os Surdos e alguns outros projetos.

A seguir, apresentamos uma tabela com os projetos direcionados à comunidade surda, disponíveis no site da SEMESP/MEC, considerando que a página foi atualizada no dia 13 de setembro de 2022.

Tabela 3 – Projetos da SEMESP

Projeto	Descrição no site do MEC
Programa Cinema Acessível	O projeto Cinema Acessível é uma parceria da SEMESP/DIPEBS com a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), para o desenvolvimento de modelo de Salas de Cinema Acessíveis, a serem implementadas pelas Redes de Ensino Municipais, Estaduais e Distrital, públicas ou privadas conveniadas. Essas sessões de cinema irão garantir a acessibilidade para pessoas com deficiência: audiodescrição para pessoas cegas, janelas de Libras e legenda para surdos e pessoas com deficiência auditiva.
Escolas Bilingues de Surdos	A DIPEBS vem realizando articulações com os municípios interessados em investir na educação bilíngue de surdos. (...)
PNLD Acessível 2022 - Libras	Programa que disponibiliza livros didáticos em formatos acessíveis aos estudantes e professores surdos, respeitando a especificidade linguística desse público. Esses materiais serão elaborados com base na primeira língua do surdo, a Libras, considerada a língua de ensino, instrução, comunicação e interação, e no português escrito, que deve ser ensinado com metodologia de segunda língua.

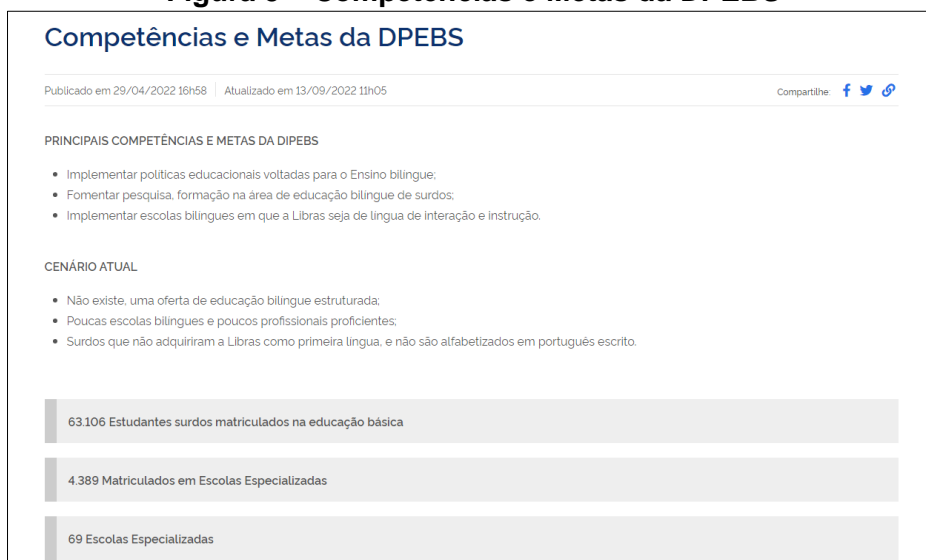
<p>Referencial Curricular para o Ensino de Português Escrito como Segunda Língua para Estudantes Surdos (PSLS):</p>	<p>Em parceria com pesquisadores da área, a DIPEBS organizou o material que será usado como referencial curricular para o ensino de português como segunda língua para estudantes surdos (PSLS). A publicação está disponível em gov.br/mec.</p>
<p>Formação Continuada de Profissionais da Educação Básica em Educação Bilíngue de Surdos</p>	<p>Executado pela Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos (DIPEBS), o programa tem por finalidade promover a formação continuada em Educação Bilíngue de Surdos de profissionais da Educação Básica, por meio da Rede Nacional de Formação de Profissionais da Educação – RENAFOR, com base no Decreto 8.752, de 9 de maio de 2016. Essa ação é realizada em parceria com as Instituições Federais de Educação Superior.</p>
<p>Diretrizes Nacionais da Educação Bilíngue de Surdos</p>	<p>Foi formada a Câmara Técnica no Conselho Nacional de Educação (CNE) para discussões e alinhamento da proposta das diretrizes, que irão orientar gestores e demais profissionais da educação sobre a educação bilíngue de surdos. Em breve, essas diretrizes <u>serão apresentadas</u> em consulta pública.</p>

Fonte: Portam MEC – Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-modalidades-especializadas-de-educacao/programas-e-acoas>

Identificamos, aqui, seis programas/ações da Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação e da Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos, sendo que quatro estão no plano da prospecção, conforme destacados pelos verbos grifados na tabela acima. O que significa dizer, que somete em três anos e 10 meses, após a sua posse, Bolsonaro e sua equipe não colocaram em prática estas ações.

As informações aqui apresentadas constam no site do MEC. Nele não há nenhuma outra informação, dados, prestação de contas, etc. Após quase quatro anos, a menção a esses projetos na forma de prospecção permite afirmar que esse é o saldo daquele/a que prometeu valorizar e respeitar os direitos dos surdos.

No que tange à situação da DPEBS, é ainda menos expositivo.

Figura 5 – Competências e Metas da DPEBS

Fonte: Site do MEC. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acao-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-modalidades-especializadas-de-educacao/competencias-e-metas-da-dpebs>

Uma primeira observação incide sobre o quantitativo de informações em uma pasta tão importante como a DPEBS, além de sua falta de tradução para a Libras. Uma segunda observação recai sobre a ausência de execução efetiva de quaisquer competências e metas da diretoria. O uso da Libras e do intérprete estão a serviço apenas da tradução quando do interesse público em se promover, promover a autoimagem de luta do direito linguístico da comunidade surda. Não se trata, portanto, do acesso aos Surdos. A imagem a seguir é exemplar nesse sentido. O presidente Bolsonaro, com a mão, empurra o intérprete para trás e posiciona-se à sua frente, interditando a visualização da tradução. Antes, o Intérprete de Libras está à frente do presidente para permitir a visualização adequada da sinalização, tendo em vista que essa é uma língua de modalidade visuoespacial.

Figura 6 - Bolsonaro empurra TILS

Fonte: UOL News. Disponível em: <https://www.uol.com.br/eleicoes/2022/03/28/bolsonaro-intereprete-evento-do-pl.htm>

Não obstante essas ações de Bolsonaro e de sua gestão revelarem que não estão compromissados com as necessidades e demandas da comunidade surda, muitos membros da comunidade Surda ainda se identificam com o discurso bolsonarista e se posicionam a favor da sua reeleição. A seguir, realizamos uma reflexão a partir do contexto sócio-histórico dos Surdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, destacamos que a nossa intenção não foi, neste momento, abordar questões misóginas, machistas, LGBTfóbicas, segregadoras, racistas e de corrupção, em que Bolsonaro e seus aliados se envolveram durante seu mandato. Deixemos para trabalhos futuros. Procuramos focar apenas no descumprimento ao atendimento dos direitos linguísticos de pessoas surdas, e menos ainda nos direitos trabalhistas dos Intérpretes de Libras.

Em relação ao objetivo aqui proposto de refletir sobre as razões por que membros da comunidade surda mantêm apoio a um governo que os atacam, a trajetória social e histórica dos surdos pode oferecer algumas elucidações. Conforme asseveram Gontijo, Barros e Marques-Santos (2021, p.14) “o contexto sócio-histórico dos Surdos quase sempre foi permeado por episódios em que eles eram considerados seres abjetos, deixados à margem da sociedade, sendo considerados incapazes”, e isso reverberou na construção de identidades surdas, muitas vezes, subjugadas, até mesmo pelos próprios Surdos, como inferiores aos ouvintes. Os Surdos sempre tiveram que se adequar ao meio, aceitar que a sua língua não faça parte do currículo escolar, mas o inglês – língua ideologicamente hegemônica - sim. Eles tiveram que lidar com a falta de comunicação em todos os locais, desde a escola, espaços de convivência e principalmente dentro de suas próprias famílias.

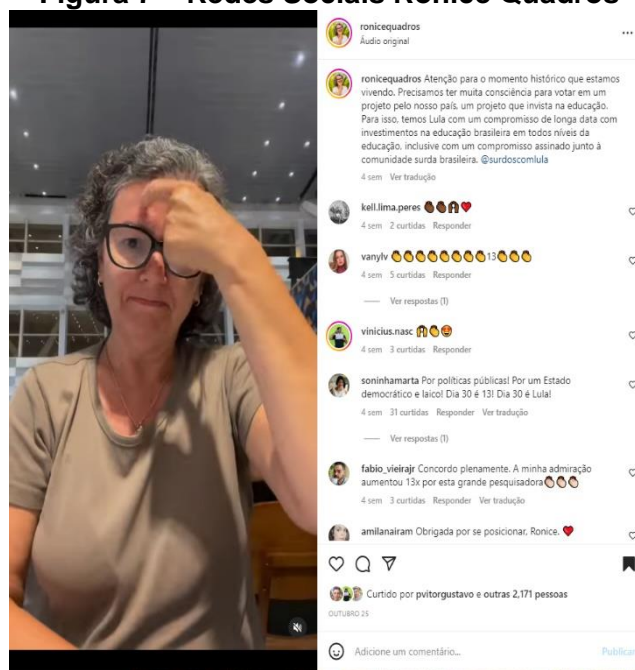
Os intérpretes de Libras, como mencionado anteriormente, também fazem parte da comunidade Surda, atuando sozinhos nas instituições de ensino, precisando de dois ou mais empregos para conseguir sobreviver, considerados desvalorizados e sem estimativa profissional.

Ao verem um candidato que se compromete a mudar tudo isso, a atuar em prol da comunidade surda, lutar pelos seus direitos, implantar uma política bilingue de ensino, criar escolas com essa abordagem, é compreensível que a comunidade surda veja, neste representante político, um aliado, acreditando num futuro melhor.

No entanto, os acenos restringiram-se à nomeação de representantes Surdos para cargos, sem nenhuma autonomia, ao discurso de relevância da atuação dos intérpretes de Libras – sem aqui desconsiderar o trabalho de extrema importância e árduo de tradução, principalmente em um contexto em que eram comuns falas desrespeitosas e hostis. Nesse sentido, cabem aos membros da comunidade surda correlacionar o dito e o feito para que possam desapegar dos discursos vazios, consolidando a sua forma odiosa, e que, mesmo assim, ainda queiram que ele continue nos representando.

Nesta última eleição, notou-se uma movimentação relevante de atores sociais membros da comunidade surda. Alguns atores sociais de grande influência na comunidade Surda posicionaram-se contra as injustiças sociais, de modo a fazer com que membros Surdos tivessem cada vez mais acesso às informações, aos dados e à verdade sobre o que acontece na política brasileira. Exemplo disso foram as publicações de uma das maiores pesquisadoras dos estudos Surdos e Linguística da Libras no Brasil, Dra. Ronice Quadros, que, em sua rede social, fez traduções de vídeos, além de provocar reflexões importantíssimas para o momento atual em que vivemos.

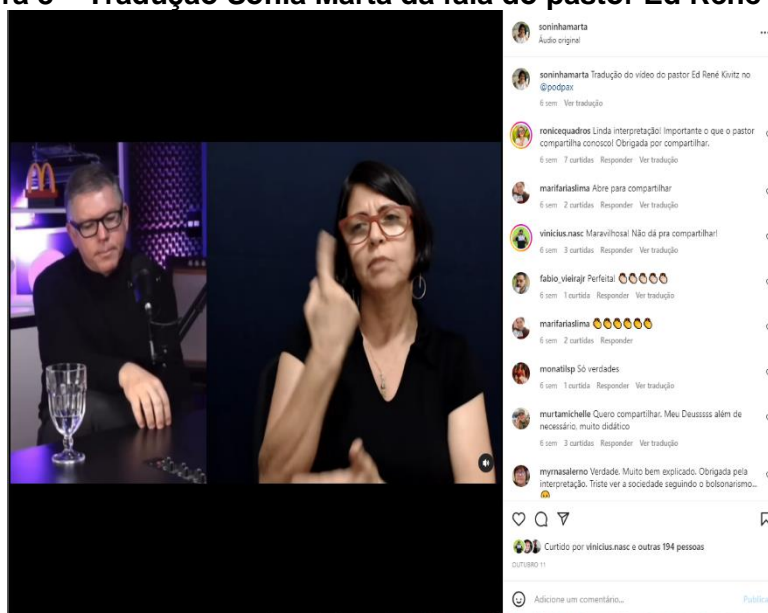
Figura 7 – Redes Sociais Ronice Quadros



Fonte: Instagram - <https://www.instagram.com/ronicequadros/>

As postagens sobre o tema somaram mais de 5.400 likes, da mesma forma que a pesquisadora, Sonia Marta, fez em suas redes sociais, se posicionando a favor da democracia, fazendo tradução de falas como a do pastor Ed René Kivitz no @podpax (Figura 6).

Figura 8 – Tradução Sonia Marta da fala do pastor Ed René Kivitz



Fonte: Instagram - <https://www.instagram.com/p/CjmHBYfjRCoxFuQn9I01GlpWFjPbSVaa2CDCWw0/>

É necessário que mais atores sociais estejam dispostos a se envolver com a política do nosso país, e que outros políticos e partidos estejam comprometidos com a acessibilidade e abertos ao diálogo com a comunidade surda. Felizmente, como pudemos ver na tabela 1 – Legislações, o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, demonstra ter uma postura mais sensível às necessidades das pessoas com deficiência. Esperamos que, na sua próxima gestão, muito mais seja construído em prol da comunidade surda.

[...] a emancipação, enquanto pensamento libertador, deve ser pensada coletivamente, de modo a contribuir com a transformação social, que por sua vez possibilita um processo de autoemancipação, processo esse que não deve ser imposto e sim estimulado. (GONTIJO; BARROS; MARQUES-SANTOS, 2021, p. 21).

Por fim, esperamos que este trabalho contribua no processo de autoemancipação dos membros da comunidade surda, que ainda estão presos nas amarras sociais discursivas, proferidas pelo então e futuro ex-presidente Bolsonaro. Assim como Gontijo, Barros e Marques-Santos, em consonância com Bhaskar (1998), acreditamos que a emancipação deve acontecer de dentro para fora. Não existe e nunca existirá transformação social sem mudanças internas.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, J. da S. *et al.* Um estudo da validade de conteúdo de sinais, sintomas e doenças/agravos em saúde expressos em Libras. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 23, p. 1014-1023, 2015.

BARROS, S. M. *Realismo Crítico e Emancipação Humana: contribuições ontológicas e epistemológicas para os estudos críticos do discurso.* Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

BHASKAR, R. R. Critical Realism and Dialectic. In: ARCHER, M. S. (ed.). *Critical Realism: essential readings*. London: Routledge, 1998.

CHOULIARAKI, L.; FAIRGLOUGH, N. *Discourse in Late Modernity: rethinking critical Discourse Analysis*. Edinburgh: Edinburgh Univesity Press, 1999.

BRASIL. *Lei nº 10436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua brasileira de sinais – Libras e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=234606>. Acesso em: 22 nov. 2022.

BRASIL. *Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua brasileira de sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 22 nov. 2022.

BRASIL. *Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010*. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm. Acesso em: 22 nov. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo Brasileiro de 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

BRASIL. *Lei Nº 13.146, de 6 de julho 2015*. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 set. 2022.

BRASIL. *Decreto nº 10.185, de 20 de dezembro de 2019*. Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. Brasília: Presidência da República, 2019. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/794991836/decreto-10185-19>. Acesso em: 10 set. 2022.

BRASIL. *Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Brasília: Presidência da República, 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm. Acesso em: 10 set. 2022.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse*. Londres, Nova York: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N.; JESSOP, B.; SAYER, A. Realismo crítico e semiose. Tradução de Gabriel Valdez Foschaches. *Revista Letra Capital*, v. 1, n. 1, p. 43-69, jan./jun. 2016.

GONTIJO, T. A. A; BARROS; S. M. de; MARQUES-SANTOS. L. E. *Representações surdas na desconstrução de práticas ouvintistas: um estudo crítico-discursivo*. Campinas: Pontes Editores, 2021.

HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. 2. ed. Londres: Arnold, 1994.

OLIVEIRA, Y. C. A. de; CELINO, S. D. de M.; COSTA, G. M. C. Comunicação como ferramenta essencial para assistência à saúde dos surdos. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 25, p. 307-320, 2015.

PIRES, H. F.; ALMEIDA, M. A. P. T. A percepção do surdo sobre o atendimento nos serviços de saúde. *Revista Enfermagem Contemporânea*, v. 5, n. 1, 2016.

RODRIGUES, C. H. Formação de intérpretes e tradutores de língua de sinais nas universidades federais brasileiras: constatações, desafios e propostas para o desenho curricular. *Translatio*, Porto Alegre, n. 15, p. 197-222, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/translatio/article/view/79144/48558>. Acesso em: 12 ago. 2022.

SOUZA, M. F. N. S. de et al. Principais dificuldades e obstáculos enfrentados pela comunidade surda no acesso à saúde: uma revisão integrativa de literatura. *Revista CEFAC*, v. 19, p. 395-405, 2017.

STROBEL, K. L. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

O/A(S) AUTOR(ES/AS)

Túlio Adriano Alves Gontijo

Doutorando e mestre em Estudos em Linguagem – PPGEL/UFMT. Graduação em Letras-Libras pela UFMT. Atual Coordenador do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão- NAI/UFMT. Professor do Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa Emancipatória em Linguagem (NEPEL/UFMT). E-mail: tuliolibras@gmail.com

Solange Maria de Barros

Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Pós-doutorado na Universidade de Londres (Instituto de Educação - IOE). Possui estudos doutorais livres pela Universidade de Lancaster (Reino Unido). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa Emancipatória em Linguagem (NEPEL/UFMT). Atualmente é professora no Curso de Letras/Inglês da UFMT. Email: solmarbarros@gmail.com

Antonio Henrique Coutelo de Moraes

Doutor em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Pós-doutorado na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisa Emancipatória em Linguagem (NEPEL/UFMT). Atualmente, é professor do curso de Letras – Língua e Literaturas de Língua Inglesa da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da UFMT. Email: antonio.moraes@ufr.edu.br